



VI Encontro de Iniciação Científica e Tecnológica  
VI EnICT  
ISSN: 2526-6772  
IFSP – Câmpus Araraquara  
21 e 22 de outubro de 2021



## O enfrentamento à patologização e medicalização do comportamento hiperativo a partir de rodas de conversa com professores

BÁRBARA LETÍCIA SANTOS<sup>1</sup>, KARLA PAULINO TONUS<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discente do curso de Licenciatura em Pedagogia, Bolsista PIBIC-IFSP, IFSP, Câmpus Boituva, bainhabarbara@gmail.com

<sup>2</sup> Docente do curso de Licenciatura em Pedagogia, orientadora do projeto de Iniciação Científica, Câmpus Boituva, karla.tonus@ifsp.edu.br

Área de conhecimento (Tabela CNPq) 7.08.01.06-1

**RESUMO:** A patologização da educação ocorre quando explicações para problemas de cunho social e educacional são resumidas a determinações orgânicas e individuais; de tal modo, ao aluno são atribuídas as causas do fracasso escolar. Tais causas passam a ser vistas como problemas médicos e tratadas com medicamentos cujos efeitos são prejudiciais ao desenvolvimento de crianças e adolescentes. Neste contexto, as chamadas dificuldades de aprendizagem assumem posição de destaque e dentre elas, o Transtorno de Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade (TDAH). Com este projeto de Iniciação Científica objetivou-se identificar, por meio de pesquisa-ação com grupo de professores do ensino fundamental I e II da rede municipal de ensino, possibilidades de enfrentamento à patologização e medicalização do comportamento hiperativo de seus alunos. O distanciamento social imposto pela pandemia de Covid-19 implicou necessárias adaptações nos procedimentos metodológicos. Concluímos que, embora o reduzido número de três participantes tenha limitado a troca de conhecimentos, foi possível identificar possibilidades de avanços na compreensão a respeito dos efeitos da medicalização e levantar estratégias pedagógicas capazes de favorecer a relação pedagógica por meio do ensino e da aprendizagem. Com este projeto, deu-se início ao levantamento de estratégias de enfrentamento à patologização e medicalização do comportamento hiperativo.

**PALAVRAS-CHAVE:** comportamento hiperativo; medicalização na educação; rodas de conversa

### INTRODUÇÃO

Para além das explicações organicistas para os comportamentos de alunos concretos que diferem do ideal, para além da medicalização que produz tantos efeitos colaterais, é preciso compreender as contradições presentes no processo de ensino e aprendizagem e as multideterminações que envolvem a subjetividade e a experiência escolar.

No entanto, as concepções dos professores, decorrentes de suas vivências, mediam as relações com os alunos e, usualmente, tendem a reforçar a patologização e a medicalização de problemas escolares; assim, o comportamento hiperativo, indisciplinado, o fracasso na leitura e escrita são compreendidos como patológicos e, seguindo esta lógica, precisam ser medicalizados.

Sabemos que os professores não fazem encaminhamento aos serviços de saúde, no entanto, esta forma de compreensão precisa ser superada em direção à compreensão da multideterminação dos fenômenos. É fundamental problematizar os comportamentos dos alunos como manifestações de um contexto social e educacional que não produz aprendizagens; neste sentido, o comportamento do aluno, deve ser visto como expressão de uma subjetividade em construção, mediada também pelos eventos e aprendizagens escolares.

É preciso, ainda, problematizar o uso dos remédios como recursos inofensivos na abordagem do

comportamento hiperativo de alunos em desenvolvimento. Portanto, entende-se que, ao ampliar suas concepções sobre o tema, os professores poderão interagir com seus alunos que apresentam queixas escolares, comportamento hiperativo, indisciplina, etc. a partir de outra perspectiva e oferecer um atendimento pedagógico a tais questões.

Acolhe-se a afirmação de Meira (2019, p. 238), para quem os professores “são os verdadeiros protagonistas na luta contra a medicalização”. Espera-se, portanto, oferecer os recursos teóricos, a partir de rodas de conversa para que as (os) participantes possam desenvolver novas concepções sobre o tema e propor uma organização de ensino que possibilite a participação de todos os alunos e a compreensão da urgência no combate à patologização e medicalização do comportamento hiperativo.

Este projeto, elaborado na área de humanidades, por seu caráter essencial e transversal, tem aderência na área: Tecnologias para a Qualidade de Vida: setor Saúde, definida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) como uma das áreas tecnológicas prioritárias. Pensado na interface da educação e da psicologia, este projeto repercute positivamente na saúde e qualidade de vida de alunos que, por conta de seus comportamentos, têm sido predestinados à medicalização.

Com a realização deste trabalho, procurou-se atender ao seguinte objetivo geral: Identificar as possibilidades de enfrentamento à patologização e medicalização do comportamento hiperativo de alunos do Ensino Fundamental I e II. Como objetivos específicos buscou-se: Realizar o levantamento de escolas e classes com alunos diagnosticados ou com hipótese de TDAH; Formar grupo com os professores das classes com alunos diagnosticados ou com hipótese de TDAH, para estudos e reflexões sobre o tema; Estimular o desenvolvimento de novas concepções sobre o tema, articulando-as às práticas educacionais; Promover a refutação da patologização do comportamento hiperativo, compreendendo-o a partir de suas determinações sociais, educacionais e subjetivas; Promover a contestação à medicalização do comportamento hiperativo, a partir do conhecimento dos efeitos produzidos pela medicação sobre o organismo dos alunos.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No Manifesto do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade (2010) lê-se que a medicalização representa a transformação de questões não médicas em problemas médicos; neste processo as questões de ordem política, social, cultural e afetiva são convertidas em doenças, transtornos e distúrbios e, ao individualizar os problemas sociais e políticos, as Instituições são isentas de suas responsabilidades.

O conceito de medicalização tem sido usualmente utilizado por profissionais da Educação, Psicologia e de demais campos da área da Saúde, que buscam alertar a sociedade para a crescente utilização de fármacos e de explicações biologizantes e psicologizantes para o enfrentamento de problemas individuais, sociais e educacionais. Deste modo “... ao olharmos para o ‘medicalizar’ por meio do que a etimologia realmente remete, passamos a falar sobre o ato de tornar um problema previamente distante da Medicina em algo de interesse e estudo pelas ciências médicas”. (FIGUEIREDO, 2019, p. 94)

A articulação entre a saúde e educação no contexto social do início do século XX, no Brasil, produziu o que foi denominado de higienismo, que carregou a missão de higienizar o meio e as teorias sociais e humanas. Nesse sentido, a higiene escolar aponta para a saúde dos indivíduos (professores, alunos e funcionários) e para as condições das instalações físicas dos prédios escolares. O movimento escolanovista, atuante nesse período, corrobora a ideia de que a escola deveria cuidar da saúde física e mental de seus alunos e os professores deveriam identificar os desvios (HORA, 2011). Assim, a norma médica passa a determinar as explicações a respeito das possibilidades e condições de aprendizagem.

Compreende-se, portanto, que a área da saúde, sobretudo a médica, tem sido procurada para explicar o fracasso escolar pela via do comportamento do aluno. Ou seja, o aluno que não se comporta de acordo com os padrões estabelecidos para a sua idade e série, é um candidato a ter problemas de aprendizagem.

A patologização é decorrente do processo de redução das explicações para problemas de cunho social e educacional às determinações biológicas, orgânicas e individuais; a indisciplina, por exemplo, é um comportamento muito semelhante ao comportamento descrito no diagnóstico de TDAH (MEIRA, 2019, p. 229-230).

A psicologia, como uma das ciências que oferecem fundamentação científica à educação, desenvolveu

estudos e métodos que buscavam estabelecer padrões de normalidade e quantificar as diferenças individuais. Os laboratórios de psicologia, ícones de cientificidade, bastante presentes no Brasil em fins do século XIX e início do século XX, produziam, a partir de dados fisiológicos e morfológicos, conhecimento a respeito das funções psicológicas implicadas no processo de aprendizagem (ANTUNES, 2003, CENTOFANTI, 2006) e, assim, determinavam quem teria e quem não teria sucesso na escola. Embora muitos psicólogos tenham superado tal concepção, denominada organicista, ainda hoje são identificadas práticas que a corroboram ao expressarem a ideia de que as dificuldades escolares são inerentes aos alunos, ou seja, são dificuldades provindas de alterações orgânicas. A Educação, ao se apropriar dos conhecimentos historicamente desenvolvidos pela psicologia da educação, ainda tem utilizado esse discurso como justificativa para o não aprender.

Historicamente, as teorias explicativas sobre o fracasso escolar lançam mão de argumentos que variam de incapacidades genéticas a ausências de condições sociais e culturais das famílias. A Psicologia Diferencial e a Teoria da Carência Cultural são grandes exemplos de modelos explicativos que, de modos específicos centralizam no aluno a responsabilidade pelo seu fracasso na escola. (PATTO, 2000, p. 27-75).

Com a adoção da patologização e da medicalização de alunos que não correspondem às expectativas de professores, gestores escolares e famílias, assistimos ao retorno de teorias organicistas que explicam uma condição ao atribuí-la ao aspecto orgânico, do indivíduo, vindo a culpar a vítima, o aluno que não aprende ou que se comporta diferentemente do esperado.

Esse modo de entender a condição do aluno traz a mensagem implícita de que a educação é um fenômeno neutro e, portanto, exime todos os sujeitos do processo educativo da responsabilidade pela formação, no aluno, das funções psicológicas superiores construídas na interface do ensino e da aprendizagem.

De acordo com Vigotski (2003), as funções psicológicas transformam-se de elementares a superiores com a mediação do ensino, de um adulto ou criança mais experiente; o mesmo se dá com os conceitos que se transformam de espontâneos em científicos com a mediação do ensino. A teoria histórico-cultural, inaugurada por Vigotski, atribui grande valor ao ensino e à parceria entre professores e alunos na formação da consciência. O conceito de zona do desenvolvimento próximo, formulado por Vigotski (idem) propõe que a aprendizagem precede o desenvolvimento das funções psicológicas, provocando um salto qualitativo em tais funções, que podem passar de elementares a superiores por conta do contato social intencionalmente planejado.

A psicologia histórico-cultural articula-se à pedagogia histórico-crítica por compartilharem a mesma concepção de homem e por compreenderem as transformações que a educação escolar exerce sobre o psiquismo. Com esse respaldo teórico, compreende-se o psiquismo humano a partir da historicidade dos fenômenos, e o processo educacional inserido em e decorrente de condições históricas determinadas. (FACCI, 2004)

Martins (2013) salienta a valorização e transmissão dos conhecimentos historicamente sistematizados como uma premissa para o desenvolvimento das funções tipicamente humanas. Em suas palavras:

... a construção do conhecimento objetivo carrega consigo (outras) exigências, dentre as quais se destaca o próprio desenvolvimento do pensamento, como explicitado por Vigotski, Leontiev e outros. O desenvolvimento do pensamento se revela uma conquista advinda de condições que o promovam e o requeiram – e, como tal, depende em alto grau das dimensões qualitativas de formação escolar. (MARTINS, 2013, p. 275)

A apropriação desses elementos teóricos na tentativa de compreender a complexidade que envolve os comportamentos tidos como inadequados ao aprendizado, possibilita enxergar na relação entre ensino e aprendizagem, no contexto escolar e social os elementos explicativos desse fenômeno. De tal modo, passa-se a questionar argumentos que recaem sobre uma possível condição do aluno e a considerar a dinâmica escolar, educacional e social como produtoras do fracasso escolar de alunos cujos comportamentos não se adequam ao ideal.

Em relação ao TDAH, Signor e Santana (2016) alertam para a imprecisão do conceito e sua variação ao longo do tempo, passando de “Lesão Cerebral Mínima” a “Disfunção Cerebral Mínima”, para chegar ao conceito de Transtorno de Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade” no DSM-III, cuja etiologia é incerta.

As autoras (idem, p. 36) apontam que o DSM-IV apresentou novos critérios para o diagnóstico, tais como o tipo predominantemente desatento, predominantemente hiperativo-impulsivo ou tipo combinado. No DSM-V, lançado em 2013, o que muda para o diagnóstico em crianças é a faixa etária, de 7 para 12 anos, o que pode dar a entender que os sintomas surgem na escola. As perguntas que compõem o SNAP-IV, questionário para identificação do TDAH, desenvolvido a partir de critérios do DSM-IV, segundo Meira (2019, p. 22) “representam um verdadeiro atentado contra a ciência”.

O conceito de TDAH tem sido utilizado indiscriminadamente por pais e professores, com pouco questionamento a respeito daquilo que é específico da criança, de como se forma a atenção voluntária. Referenciadas pelos estudos de Luria, Signor e Santana (2016) apontam que: “Entender como a atenção é construída no decorrer das vivências sociais e como ela se modifica ao longo do tempo e diante da cultura e da infinidade de experiências que assolam a vida em sociedade é compreender o seu caráter histórico-social”. (SIGNOR, R.; SANTANA, A. P., 2016, p. 30)

Com esta citação, justifica-se a preferência pela expressão “comportamento hiperativo” no lugar de TDAH; assim, aceita-se o fato de que uma criança seja mais agitada que outras ou que se concentrem menos que as demais nas atividades propostas, contudo, entende-se que uma criança em desenvolvimento não deve ser rotulada (patologizada), tampouco medicalizada.

A patologização e a medicalização servem, portanto, para encobrir situações inadequadas para a concretização da aprendizagem e do comportamento de estudo. Com isso não são desconsiderados os aspectos biológicos presentes na constituição humana, no entanto, a ênfase está na consideração da condição do ser social, constituído social e historicamente.

## **METODOLOGIA**

Este projeto de iniciação científica foi realizado a partir da formação de grupo de estudos com professoras do Ensino Fundamental I da Rede Municipal de Ensino de um município do interior de São Paulo.

O grupo foi composto por professoras que trabalham ou trabalharam com alunos diagnosticados ou com hipótese de TDAH (prefere-se o termo “comportamento hiperativo” a TDAH, pois acredita-se que tal mudança conceitual pode nortear práticas pedagógicas de professores que não compactuam com a Medicalização). Por conta do distanciamento social imposto pela pandemia de Covid-19, foram necessárias adaptações nos procedimentos metodológicos. Após o estudo do referencial teórico, o levantamento de escolas e classes com alunos diagnosticados ou com hipótese de TDAH foi possível via contato telefônico. O grupo foi formado com oito professoras, porém, os encontros virtuais dificultaram a participação e apenas 3 professoras compuseram as rodas de conversa. Após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, as professoras responderam ao questionário inicial, que visava identificar suas concepções iniciais a respeito do tema e as dificuldades vivenciadas com alunos que apresentam comportamento hiperativo.

A proposta inicial era de um total de dez rodas de conversa, que aconteceriam presencial e semanalmente, com a mediação de leituras previamente indicadas, para que houvesse a troca de conhecimentos e a superação da maneira hegemônica de lidar com esses alunos. Embora as leituras não tenham acontecido, a frequência dos encontros online foi mantida e as dez reuniões foram mediadas por temas norteadores e com exibição de vídeos curtos e slides.

No primeiro encontro foram apresentados, verbalmente, os efeitos colaterais do metilfenidato (Ritalina) no organismo, com objetivo de reafirmar a importância das informações e reflexões sobre o tema, pelos professores; além disso, foram disponibilizados o questionário inicial e o Termo de Consentimento.

No segundo encontro, após a leitura da bula da Ritalina, foi proposta uma discussão sobre as consequências dos possíveis efeitos colaterais na vida das crianças, obtendo falas sobre a necessidade de profissionais especializados, a falta de conhecimento dos professores que os faz acreditar que o remédio é necessário, a dominação das crianças pela medicalização e as consequências da pandemia na educação.

Já no terceiro encontro, após a leitura do texto “Carta a uma mãe”, da Dra. Maria Aparecida Moysés, houve a reflexão sobre as formas de aprender e ensinar; a conversa girou em torno das experiências de cada uma com alunos com necessidades específicas e o sentimento de impotência das professoras mediante esses casos.

No quarto encontro, houve a reprodução do vídeo "Nau dos Insensatos 3", que trata sobre a medicalização da vida, com observações sobre o DSM, a patologização do comportamento infantil, o uso do metilfenidato e seus efeitos no organismo das crianças e, as professoras apontam para um déficit no sistema educacional e para a necessidade de entender o comportamento da criança como um comportamento normal da infância e não indicar à medicalização quando há outras possibilidades de ação.

No quinto encontro, foram apresentados slides a partir da Introdução do livro TDAH e Medicalização (SIGNOR, R.; SANTANA, A. P., 2016), que trata sobre as implicações neurolinguísticas e educacionais atreladas à produção de diagnósticos de TDAH, cujas queixas surgem, quase sempre, na escola; além da elucidação sobre as correntes Organicista e Histórico-Cultural, de Vigotski. As professoras trazem diversos casos de alunos e ex-alunos que apresentavam comportamento hiperativo, com diversas opiniões acerca da necessidade de medicação.

O sexto encontro foi mediado por uma entrevista com o médico pediatra e sanitarista Daniel Becker sobre medicalização do comportamento infantil, que proporcionou discussões sobre a formação da consciência, a partir dos elementos da cultura e a relação entre sociedade e comportamento da criança, além de mais relatos de alunos. Comportamento comum da infância versus comportamento hiperativo, aumento do consumo de Ritalina, diagnósticos que mascaram problemas sociais e excesso de estímulos foram os temas do sétimo encontro, mediados por uma entrevista da Dra. Maria Aparecida Moysés e um post de @caminhodomeio. Nesse encontro, as profissionais apontaram a informática e a atividade física como alternativas à medicação.

No oitavo encontro, a discussão ocorreu a partir de slides sobre o primeiro capítulo do livro "TDAH e Medicalização", intitulado "Atenção: um processo histórico-cultural". Durante o debate sobre a construção da atenção durante a infância, as professoras falaram sobre o excesso de estímulos nas salas de aula e propuseram construir com os alunos as informações presentes no ambiente, para que aprendam de forma lúdica e, posteriormente, não percam a atenção para os estímulos.

Durante o nono encontro, planejado a partir do capítulo: "Medicalização, TDAH e patologia da atenção" do livro "TDAH e Medicalização" (SIGNOR, R.; SANTANA, A. P., 2016), as professoras declararam que o ensino deve ser pensado para atender as necessidades e individualidades dos alunos; a partir daí houve o diálogo sobre os testes de inteligência utilizados para diagnóstico de TDAH.

O décimo e último encontro foi marcado por relatos das professoras sobre as reuniões e como o tema da medicalização do ensino afetou a forma de observarem os alunos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Como resultados deste projeto, as professoras apresentaram ideias de inovações nas práticas educativas ao lidarem com alunos que apresentam comportamento hiperativo, na intenção de desenvolverem, no âmbito escolar e social, a crítica à patologização e medicalização do comportamento. As falas destas professoras apontam para a identificação da medicalização como força opositora ao desenvolvimento e ao aprendizado e que acarreta tantos efeitos deletérios sobre o aluno.

Com propostas que vão da utilização de salas de informática para os alunos até a criação de cursos profissionalizantes para professores, passando pela identificação do lúdico e da criação de ambientes nos quais os alunos se identifiquem, observou-se avanço no entendimento sobre os aspectos culturais do desenvolvimento humano e o impacto da educação escolar sobre ele; foi possível identificar que estão no caminho da compreensão do desenvolvimento como fenômeno multideterminado, para além das explicações organicistas.

A partir da análise das falas das professoras durante as reuniões bem como dos questionários iniciais e finais, conclui-se que as professoras necessitam de mais informações sobre o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade e o processo de patologização do comportamento infantil, que afeta cada vez mais a educação. Durante as reuniões, as professoras compreenderam o efeito da medicação no organismo das crianças e o processo de medicalização do ensino, discutiram sobre as diferenças entre comportamento hiperativo e comportamento comum da infância e apresentaram possíveis estratégias para aplicar em sala de

aula que auxiliem na aprendizagem e no comportamento, a fim de adotarem práticas educacionais que rompam com concepções organicistas e patologizantes sobre os alunos.

## CONCLUSÕES

Ainda que o número reduzido de participantes tenha limitado a troca de conhecimentos, foi possível identificar possibilidades de avanços na compreensão a respeito dos efeitos da medicalização e levantar estratégias pedagógicas capazes de favorecer a relação pedagógica por meio do ensino e da aprendizagem. Com este projeto, deu-se início ao levantamento de estratégias de enfrentamento à patologização e medicalização do comportamento hiperativo.

## AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa contou com fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. A. M. Psicologia e Educação no Brasil: Um Olhar Histórico-Crítico. In: MEIRA, M. E. M., ANTUNES, M. A. M. **Psicologia escolar: teorias críticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

CENTOFANTI, R. Os laboratórios de psicologia nas escolas normais de São Paulo: o despertar da psicométrica. In: **Revista Psicologia da Educação**. nº 22. São Paulo, 2006. p. 31-52

COLLARES, C. L., MOYSÉS, M. A., RIBEIRO, M.C.F. (orgs). **Novas Capturas, Antigos Diagnósticos na Era dos Transtornos**. Campinas: Mercado das Letras, 2013.

COLLARES, C. L. & MOYSÉS, M. A. A. **Preconceitos no cotidiano escolar** - ensino e medicalização. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

COLLARES, C. L. & MOYSÉS, M. A. A. **A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico** (A Patologização da Educação). Série Ideias (23), São Paulo: FDE, 1994.

FACCI, M. G. D. Teorias educacionais e teorias psicológicas: em busca de uma psicologia marxista da educação. In: DUARTE, N. **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas: Autores Associados, 2004.

FIGUEIREDO, F. P. O outro lado da medicalização. In: TULESKI, S. C; FRANCO, A. F. **O lado sombrio da medicalização da infância: possibilidades de enfrentamento**. RJ: Nau Editora, 2019.

HORA, D. M. **O olho clínico do professor: um estudo sobre os conteúdos e práticas medicalizantes no currículo escolar**. RJ: Contra capa, 2011.

Manifesto do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, 2010. Disponível em [www.medicalizacao.com.br](http://www.medicalizacao.com.br). Acesso em 13/04/2020.

MARTINS, L.M. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados, 2013.

MEIRA, M. E. M. Medicalização na e da educação: processos de produção e ações de enfrentamento. In: TULESKI, S. C; FRANCO, A. F. **O lado sombrio da medicalização da infância: possibilidades de enfrentamento**. RJ: Nau Editora, 2019.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

SIGNOR, R; SANTANA, A.P. **TDAH e medicalização: implicações neurolinguísticas e educacionais do transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade**. São Paulo: Plexus, 2016.